

Alexandre Garcia

“Quando liberdades garantidas pela Constituição são feridas, a democracia é atingida”

Liberdade e passividade

Omês de abril entrou com um alerta de perigo para a democracia brasileira. Seis presidienciáveis assinaram um manifesto, que saiu nos jornais do dia 1º. Mandetta, Ciro, Doria, Leite, Amoedo e Huck. Não constam as assinaturas de Lula, Moro e Bolsonaro. O manifesto afirma que “a democracia brasileira é ameaçada”, uma constatação tardia: há tempo que estão presos,

por crime de opinião, um jornalista e um deputado federal — no que o Brasil se assemelha à Venezuela. A ameaça torna-se mais consistente com o silêncio da mídia a respeito do jornalista e com a anuência do próprio Legislativo a que pertence o deputado. O manifesto adverte sobre “submissão arbitrária do indivíduo ao Estado...respeito aos direitos individuais... excesso, abuso, intimidação”.

Mas, ironicamente, os dois governadores que o subscrevem baixaram medidas que atingem direitos fundamentais do artigo 5º, cláusula pétrea da Constituição, como liberdade de locomoção, de trabalho, de reunião, de culto. A prisão do deputado infringiu a inviolabilidade do mandato prevista no art. 53 da Constituição e o asilo inviolável da casa, também do art. 5º. A censura e a prisão do jornalista feriram a liberdade de manifestação, da mesma cláusula pétrea, e as liberdades de expressão e informação, garantidas pelo art. 220. Quando liberdades garantidas pe-

la Constituição são feridas, a democracia é atingida. O manifesto constata que “não há liberdade sem justiça”. Aí vem a lembrança de que se anularam condenações por corrupção, resultado de julgamentos em três instâncias da Justiça. E ainda houve um julgamento por suspeição do juiz que presidiu na primeira instância os processos anulados — com base em provas obtidas por meios ilícitos —, o que é inadmissível, como está no pétreo art. 5º. O manifesto registra que democracia é direito ao voto. Por três vezes, os legisladores criaram um comprovante

que garantisse o voto digitado na urna eletrônica — por três vezes as leis foram derrubadas pela Justiça: projetos de Roberto Requião (MDB), Flávio Dino (PCdoB) e Brizola Neto (PDT) e Bolsonaro (PP). O PSDB, após derrota de Aécio, constatou que a urna eletrônica não comporta auditagem. Ora, a insegurança no direito do voto também é perigo para a democracia. O manifesto não “dá o nome aos bois” nem registra os atos que motivaram o alerta, mas alguns indícios mais evidentes estão na nossa cara. Perigo é a passividade, que rima, mas não se mistura com liberdade.

PODER / Em cerimônias reservadas de posse, novos ministros prometem ações que visam melhorar a imagem do Planalto, como aceleração da vacinação contra a covid-19, união do Executivo com entes federativos e adoção de políticas relacionadas ao clima

Missão de repaginar governo

» AUGUSTO FERNANDES
» INGRID SOARES

Diante das cobranças de resposta mais efetiva do governo contra a covid-19 e de menos confronto com a classe política, os seis ministros que tomaram posse ontem, em cerimônias reservadas, prometeram mais engajamento nas ações de enfrentamento ao vírus, sobretudo para acelerar a vacinação. Eles também se comprometeram a tentar melhorar a relação do Executivo com os entes federativos.

O discurso mais aguardado era o do novo ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França. Devido à gestão ineficiente de Ernesto Araújo à frente do Itamaraty, que afastou o Brasil de importantes parceiros comerciais e dificultou a importação de vacinas contra a covid-19, esperava-se dele uma sinalização de que a sua gestão pode ser capaz de reverter o prejuízo causado pelo antecessor. Como resposta, o novo chanceler ressaltou que a atuação da pasta será de “diplomacia da saúde”, fazendo contato com outros governos e laboratórios para mapear imunizantes disponíveis, assim como remédios necessários para o tratamento de casos graves da doença.

“A primeira urgência é o combate à pandemia da covid-19. Meu compromisso é engajar o Brasil em intenso esforço de cooperação internacional, sem exclusões. E abrir novos caminhos de atuação diplomática, sem preferências desta ou daquela natureza”, enfatizou. Aparentemente, a disposição de França é por uma gestão mais moderada e sem tanto ideologismo, diferentemente do perfil de Ernesto Araújo, que sempre fez ressalvas ao relacionamento do Brasil com a China, por exemplo.

O novo ministro ainda classificou como urgente a adoção de políticas relacionadas ao clima e à economia. Segundo ele, é necessário manter o país na vanguarda do desenvolvimento sustentável e limpo, bem como estreitar o relacionamento com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). “A política externa é uma

Marcos Corrêa/PR



O chanceler Carlos Alberto França: compromisso de “abrir novos caminhos de atuação diplomática, sem preferências desta ou daquela natureza”

Presença de condenado

Preso por corrupção passiva e lavagem de dinheiro no escândalo do mensalão, o presidente nacional do PL, Valdemar Costa Neto, foi um dos convidados de Bolsonaro para a cerimônia de posse dos ministros. Durante o discurso de Flávia Arruda, ele se sentou em um local de destaque, próximo ao mandatário, ao vice-presidente Hamilton Mourão e a Arthur Lira.

política pública que, como tal, deve estar a serviço das prioridades dos brasileiros”, frisou.

Nova articuladora política do Planalto com o Congresso, a ministra da Secretaria de Governo, Flávia Arruda, falou em proporcionar um melhor relacionamento entre Executivo e Legislativo. Indicada pelo presidente da Câmara,

Arthur Lira (PP-AL), ela chega à pasta para preencher a lacuna deixada pelo general Luiz Eduardo Ramos, que nunca agradou a todo o Parlamento no trabalho de construção de pontes entre os Poderes.

A deputada **do PL** do Distrito Federal disse que buscará “pontos de convergência” para o andamento de matérias que promovam avanços ao país. “Temos o desafio de não desorganizar a economia brasileira, preservando os pilares básicos da economia fiscal que vai permitir a retomada do crescimento e dos empregos. Para isso, é fundamental que as reformas continuem andando sob a inspiração e liderança do meu querido amigo, presidente Artur Lira, na Câmara, e também do senador Rodrigo Pacheco, presidente do Senado”, argumentou. “O caminho é um só: a união de todos nós.”

“Perspicácia”

Destoando dos colegas, o novo ministro da Defesa, Walter Braga Netto, esquivou-se de fazer promessas. Desde o anúncio da troca de Fernando Azevedo pelo general, há um temor entre militares de que as Forças Armadas sirvam como instrumento político para Bolsonaro a partir de agora. Não à toa, a troca na pasta motivou a saída dos comandantes de Marinha, Exército e Aeronáutica, na semana passada.

Em breve discurso, Braga Netto apenas destacou que “a Defesa continua com a missão constitucional de defesa da pátria e dos Poderes constitucionais” e que o trabalho “não muda nada” com ele à frente do ministério. “A Defesa estará pronta, presidente, a cumprir o que o senhor determinar, como comandante em chefe,

e conforme a sua própria orientação, dentro do que prevê a Constituição”, disse.

Ex-ministro da Casa Civil, Braga Netto deu lugar a Luiz Eduardo Ramos, que também fez um discurso mais simples. Ele comentou que “mudanças são necessárias no processo democrático” e fugiu da polêmica sobre falhas na articulação política com o Congresso quando estava na Secretaria de Governo. “Deixo a Segov com sentimento de dever cumprido. Na realidade, o grande articulador político deste governo foi, é e sempre será Jair Bolsonaro. Eu estava apenas como um auxiliar, aprendendo sempre e me surpreendendo com a sua perspicácia.”

Também tomaram posse Anderson Torres, como ministro da Justiça; e André Mendonça, como advogado-geral da União.

Marcelo Camargo/Agência Brasil - 4/11/20



tras finalidades, ao pagamento de aposentadorias, pensões, benefícios previdenciários, abono salarial e seguro-desemprego.

O texto aprovado pelo Congresso retirou R\$ 26,4 bilhões das

despesas obrigatórias e os remanejou para turbinar emendas apresentadas por parlamentares em favor de seus redutos eleitorais. Nos últimos dias, Guedes e analistas alertaram que, se o texto

Flávio faz B.O. contra deputado

O senador Flávio Bolsonaro (Republicanos-RJ) registrou, ontem, um boletim de ocorrência (B.O.) contra o deputado Ivan Valente (PSol-SP) por denúncia caluniosa. O parlamentar de esquerda entrou com uma representação no Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios (MPDFT) pedindo uma investigação sobre o empréstimo concedido ao filho de Bolsonaro pelo Banco de Brasília (BRB) para a compra de uma mansão de R\$ 6 milhões no Lago Sul.

Segundo Valente, os juros cobrados pela instituição estão muito abaixo do mercado, portanto, há, no entender dele, fraudes no negócio. O MPDFT acatou o pedido e abriu investigação contra o senador. O BRB já ressaltou que a operação foi normal.

Ao fazer o B.O., Flávio afirmou que Valente “vai ter de sentar o bumbunzinho enrugado para provar o que disse”. O senador disse que “mais de 80% dos empréstimos” concedidos pelo BRB para a compra de imóveis “têm taxas inferiores” às que ele está pagando. Destacou, também, que ele e a mulher têm renda suficiente para ter direito ao empréstimo bancário. “Se (a renda) fosse incompatível, o banco não daria o empréstimo. Banco não faz caridade”, frisou. “Não tenho nada a esconder”, disse.

Ivan Valente, por sua vez, fez pouco caso do B.O.. “Isso é uma piada pronta, porque, se o senador considera que está sendo caluniado, o alvo desse boletim de ocorrência deveria ser o Ministério Público do Distrito Federal, que instaurou uma investigação por considerar consistentes os termos da representação que apresentei”, rebateu. (Vicente Nunes, Jorge Vasconcellos e Luana Patriolino)

Acordo de redução de salário sairá “a qualquer momento”

» JORGE VASCONCELLOS

Em meio à difícil negociação com o Congresso em torno do Orçamento de 2021, o ministro da Economia, Paulo Guedes, assegurou que a nova edição do Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda (BEm), que permite, em caráter temporário, a suspensão ou redução dos contratos de trabalho, será anunciada “a qualquer momento”. Cobrada há meses por empresários, em razão do agravamento da pandemia, a retomada do programa acabou

atrasando devido à “política”, como afirmou Guedes, em evento virtual do Itaú ontem.

Ao destacar que o BEm preservou um terço da força de trabalho formal no ano passado, o titular da Economia disse que o programa favoreceu, na crise, a criação de 140 mil empregos com carteira assinada.

Guedes também prometeu duas outras medidas que dependem da definição do Orçamento do próximo ano: a antecipação do 13º salário dos aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e a liberação

de mais uma rodada de empréstimos do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe). Segundo afirmou o ministro, esses programas emergenciais de enfrentamento à segunda onda da pandemia estão alinhados à responsabilidade fiscal.

Aprovado pelo Congresso em 25 de março, o Orçamento de 2021 ainda não foi sancionado pelo Executivo por conta de uma negociação visando ao corte de emendas parlamentares e à adequação das despesas obrigatórias da União — destinadas, entre ou-

for sancionado como está, o presidente Jair Bolsonaro estará exposto ao risco de impeachment, por crime de responsabilidade.

No evento on-line, porém, Guedes procurou minimizar os desencontros com o Congresso em torno do Orçamento, os quais classificou como “barulhos”. Ele afirmou que a atual legislatura tem perfil pró-reformas e acrescentou que a mensagem mais importante é que os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), dão suporte para o avanço da agenda econômica no Parlamento.